

EDUCAÇÃO

Um olhar sobre o Ensino

A propósito de um discurso parlamentar pronunciado por Simões Dias aos deputados da Nação em 1880

Maria Assumpta Pimenta Dias Coimbra

O INTUITO desta escrita é procurar enfatizar a importância em interligar o ontem e o hoje, em se dialogar e aprender lições do passado e com o passado, de que este presente é futuro.

De facto, abordar hoje temas como: ensino, escola, educação... implica necessariamente perspectivá-los, remetendo para as teorizações e práticas de gerações passadas; para os condicionalismos de ordem sócio-cultural, política e pedagógica em que se movimentaram, a fim de podermos compreender, actuar melhor e, até mesmo, remover mais facilmente os obstáculos na construção da educação hoje.

Como ponto de referência chave neste percurso vou situar-me num excerto do discurso parlamentar «pronunciado nas sessões dos dias 11 e 12 de Março de 1880, na câmara dos srs. deputados da Nação Portuguesa» por Simões Dias, um cidadão com uma actividade intelectual multifacetada: formado em teologia, professor do liceu, deputado, jornalista e escritor. Um homem ilustre deste Concelho de Arganil que merece não ser esquecido.

Sobretudo, vou procurar pensar com a sua escrita, reequacionar algumas das temáticas relativas ao ensino por si pressupostas, ou mesmo, explícitas na sua obra. E, sem cair num anacronismo, equacionar se hoje, no limiar do século XXI, as linhas directrizes do seu pensamento no que respeita a alguns aspectos do ensino, são prenhes ou não de actualidade e de pertinência.

As tendências educacionais do século

Simões Dias viveu no século XIX, século, do ponto de vista da educação, de expansão da escolaridade, com o surgimento das primeiras exigências de escolarização de toda a população.

Com o aparecimento das revoluções liberais e consequente derrube dos antigos regimes nos vários países europeus, fortaleceu cada vez mais o ideal de que é à Educação que compete o papel fundamental na concretização do progresso e da harmonia social; devendo esta ser um direito aberto a todos, e não, como no passado, um privilégio concedido a alguns.

Em Portugal, apesar da Revolução Liberal de 1820, só a Carta Constitucional de 1826 estabeleceu a gratuidade da escola primária e, sobretudo, foi em 1837, com as reformas de Passos Manuel, que se iniciou a verdadeira reforma do ensino secundário; nomeadamente, com a decisão legal da criação dos liceus nacionais nas dezassete capitais de distrito do continente e quatro nas ilhas adjacentes. Foi também com Passos Manuel que se criou uma outra estrutura para dar resposta às necessidades profissionais, constituída pelas escolas industriais e comerciais; embora só em 1852, com Fontes Pereira de Melo, se possa, falar verdadeiramente em ensino profissional englobando três níveis: elementar, secundário e complementar e, no surgimento, também, das primeiras escolas industriais. Em 1880, têm lugar as primeiras escolas comerciais e com as reformas de Emídio Navarro (1886-1889) expandiu-se consideravelmente o ensino técnico, como sistema diferenciado e paralelo ao ensino liceal, modalidades estas de ensino que se vão manter lado a lado até à década de 70 (reforma de Veiga Simão). Dicotomia esta (escolas técnicas/liceus) que acarretava e pressupunha o reflexo da hierarquização sócio-cultural e económica do país, personificando, por um lado, o liceu, a via nobre (acesso e frequência selectivas: localização, custos, exames de admissão), veiculando uma cultura geral humanística e científica, abstracta e teórica; e por outro lado, as escolas técnicas, via de ensino profissional por excelência, administrado gratuitamente nos centros urbanos, exigindo uma diferente preparação científica e menor remuneração dos professores e tendo como objectivos essen-

ciais ou o ingresso na vida activa ou nos Institutos Comerciais e Industriais.

Apesar dos pressupostos ideológicos liberais serem avessos ao «despotismo iluminado», o sistema nacional de ensino legislado acentuou uma grande tendência centralizadora, ao preconizar um ensino e curricula uniformes para todo o país, quer o controlo do Estado sobre os reitores e demais docentes, quer a aprovação de manuais, regulamentos das escolas, regimes de admissões e de exames, situação esta deveras contrastante com outros sistemas de ensino internacionais. Orientações estas, curiosamente, demovidas com a reforma do sistema educativo em curso, virada para uma visão mais regional, particularizada, adaptativa dos currículas e das actuações.

Quanto ao currículo académico do ensino secundário preconizado na altura, também este foi organizado ao gosto da sociedade liberal. Incluía para além de uma componente clássica: Latim, Gramática, Literatura, Lógica, Matemática e Ética; uma componente de formação científico-utilitária: Inglês, Francês, Físico-Química, Ciências Naturais, Economia, Administração e Comércio, entre outras. Saliente-se ainda, a inclusão no currículo de disciplinas como: Política, Ideologia, Filosofia Racional e Moral e Princípios do Direito Natural.

Note-se que apesar da importância de se defender um sistema plurifacetado de ensino, a componente de formação «científico-utilitária» continha um peso menor de desenvolvimento e de importância, acabando mesmo por prevalecer nos liceus a componente de «formação clássica» de grande peso para o ingresso no ensino universitário subsequente.

Desde a reforma de Passos Manuel, de âmbito mais teórico que prático, até à reforma de Eduardo José Coelho em 1905, que contribuiu decididamente para um fortalecimento da estrutura do ensino secundário, sucedem-se múltiplas teorizações e reformas: Costa Cabral (1844), Fontes Pereira de Melo (1869), Anselmo Braancamp (1863), Bispo de Vieseu (1886), Rodrigues Sampaio (1872), José Luciano de Castro (1880-1888)... João Franco-Jaime Moniz (1895)...

As questões de ordem pedagógico-didáctica que sobressaem, para além da intenção colocada no proporcionar a todos o acesso à escola, diz respeito à necessidade, por alguns sentida, de esbater no ensino

secundário o peso da formação tradicional, clássica, livresca e desfasada da realidade, a favor de um ensino mais equilibrado e adaptado às necessidades sociais, incidindo em objectivos de ordem prática e profissional. Paralelamente a esta temática, a necessidade de reequacionar as finalidades inerentes ao ensino secundário, afastando-o da mera função de simples meio de acesso ao ensino superior.

Ao longo do século as críticas são exercidas. Garrett, Herculano, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Custódio José Vieira..., a partir de pressupostos diferentes, escrevem sobre o predomínio das humanidades clássicas sobre as ciências; do ensino teórico sobre o ensino prático...

Herculano refere-se mesmo aos ensinos secundário e superior como inúteis no todo como estão a ser concretizados; defende a universalização de um ensino prático ao nível primário, sendo este, segundo ele, o modo de arrancar do atraso ancestral e possibilitar uma preparação dos cidadãos para as profissões úteis e produtivas.

Mais uma vez, à laia de comparação se pode afirmar a actualidade de colocação de temáticas como esta, da interpretação e defesa do ensino secundário não exclusivamente como uma via para acesso ao ensino superior, contemplado na actual reforma de ensino.

É dentro deste contexto ideológico, sócio-cultural do século XIX que podemos compreender a pertinência das posições de Simões Dias, a importância deste seu discurso parlamentar: *«Não seria melhor e mais conveniente substituir este ensino, todo elle theorico, todo elle metaphysico, por outro mais practico, mais acessível e mais útil, onde todos os cidadãos portuguezes, tão carecidos de conhecimentos uteis, encontrem noções indispensaveis para os usos da sua vida civil, do seu labor quotidiano? Havemos de fazer só oradores, poetas, letrados, theologos, declamadores, e não havemos de fazer também agricultores, nauticos, machinistas, commerciantes, industriaes? Letrados, latinistas, hellenistas, metaphysicos, todos; e nenhum veterinario, nenhum guarda-livros, nenhum chefe de officina, nenhum operario illustrado e sabedor da sua arte ou do seu officio?*

Este é o problema do ensino».

(Discurso Parlamentar pronunciado nas sessões dos dias 11 e 12 de Março de 1880 na câmara dos srs. deputados da Nação Portuguesa).

Traz germens de novidade questionar um ensino «todo ele teórico, metafísico», enciclopedista, elitista; com a tónica posta na valorização da cultura geral, da instrução, em detrimento de uma preparação mais pragmática, «mais acessível e mais útil», regulada para as actividades ocupacionais concretas da altura: «agricultores, náuticos, maquinistas, comerciantes, industriais, veterinários, guarda-livros, chefe de oficina... operários».

Simões Dias posiciona-se ao lado de uma parte da elite intelectual da época, tomando posição explícita sobre a necessidade de uma mudança efectiva a ocasionar no ensino, na própria missão a atribuir à própria escola. Preconizando, no meu parecer, a universalização e a importância de generalizar o ensino secundário a todas as camadas populacionais, e não só à formação de uma classe ilustrada, condição *sine qua non* para uma efectiva transformação política, económica e social do país.

Contudo, a principal finalidade e objectivo da escola secundária aplicada pelas políticas liberais continuará a ser preparar para o ingresso dos alunos no ensino superior.

As exigências de uma Escola de Massas

Desde o afirmar do direito universal à educação escolar à obrigatoriedade da escolaridade, progressivamente, a influência da Escola dilata-se em vários sentidos.

Com a Constituição da República em 1911 adicionou-se ao princípio da obrigatoriedade o da gratuitidade do ensino primário, embora, na prática, por meados de 40, o analfabetismo em Portugal rondava os 50% da população adulta.

Posteriormente, após o término da 2.^a Guerra Mundial, penetraram as ideias desenvolvimentistas dando novos rumos às políticas económicas e sociais de vários países, e também, apesar de um certo isolamento.

Assim se promoveu uma assinalável expansão qualitativa e quantitativa no ensino, nomeadamente nas décadas de 60 e de 70. Depois dos anos 60, em Portugal, as reformas fazem ascender todos à Educação, todos vão participar na «corrida escolar» e o modo

como cada um se comporta é interpretado em termos de mérito individual.

Assim a partir de 1964 as políticas aplicadas de acesso generalizado (criação de 5.^a e 6.^a classes, seguidas de Ciclo Preparatório TV e do C. P. E. S.), e, fundamentalmente, a explosão escolar da década de 60, vêm alterar a própria mobilidade escolar, passando a selecção que antes se fazia no acesso ao ensino secundário para o acesso ao ensino superior. O ensino de massas alargou a base social de recrutamento.

Com a designada «Reforma Veiga Simão» salientou-se a importância simultânea da efectiva obrigatoriedade de uma educação básica e da observância do princípio da igualdade de oportunidades para todos. E, mais perto de nós, implantou-se a escolaridade obrigatória de nove anos e, cada vez mais, se pretende consciencializar e enraizar a igualdade de acesso e de sucesso com a introdução da Lei de Bases do Sistema Educativo em curso (1986).

Tal como Teresa Ambrósio se interroga ao analisar o conceito de democratização: será que a igualdade de oportunidades é suficiente para se alcançar a democratização do ensino?

Embora seja fundamental a noção de igualdade de oportunidades ou de não discriminação no acesso à escola, a ideia de democratização aí não se reduz, sendo importante ter em conta o (in)sucesso obtido pelos alunos.

De facto, na segunda metade do século XX as mutações operadas a nível sócio-cultural, científico, tecnológico arrastou, como diz João Formosinho, o fenómeno educacional de maiores repercussões do século: o alargamento da escolaridade obrigatória e o aparecimento da escola de massas. Fenómeno este, que impõe cada vez mais ao Sistema Educativo a heterogeneidade sócio-cultural, o desafio de uma «escola para todos»; por sua vez, exigindo-lhe respostas a nível pedagógico e de organização até aqui impensáveis; bem como, novos enquadramentos de ordem política e social.

Sendo a Escola um sub-sistema social que reflecte os problemas da sociedade onde se insere, as desigualdades e diferenças sócio-culturais transformam-se em crise escolar, emergindo no interior da

Escola a preocupação em se empregarem estratégias superadoras dos antagonismos e insucessos obtidos pelos alunos. Cada vez são mais urgentes medidas no sentido de fazer com que a Escola não seja «mãe para uns e madrasta para outros»; que assegure uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruam na idade própria...; que dê igualdade de oportunidades, nomeadamente, através de práticas de coeducação e de orientação escolar e profissional.

As teorizações desmistificadoras de uma escola neutra e imparcial surgem de muitos lados, nomeadamente da parte de sociólogos como Pierre Bourdieu e Passeron e de alguns seguidores das suas teses que as adoptam e aplicam à realidade portuguesa. Nomeadamente alertam para a função reprodutora da Escola, revelando-se esta um instrumento eficaz de reprodução das desigualdades sociais; em vez de eliminar as diferenças culturais, pelo contrário, vai apoiar-se nelas, transformá-las pelas notas, pelas classificações, pelos exames em desigualdades naturais (capacidades, gostos, aptidões...). Bourdieu e Passeron chegam mesmo a falar na «desvalorização escolar do escolar» que se processa no interior da Escola, atitude esta favorecedora de alguns alunos, habituados desde a sua socialização primária a lidarem com uma certa «cultura livre»; a experienciarem determinados ambientes e contextos que lhes proporcionam um certo «savoir-faire», «savoir-dire», um gosto por certas subtilidades que não se aprendem na Escola, mas que se impõem como condição indispensável para o sucesso escolar. Ainda a este respeito, salientando mais uma vez que o ambiente conceptual da Escola, para alguns alunos, é mais «castigado», menos próximo do seu ambiente familiar; Basil Bernstein analisa o impacto dos diferentes códigos linguísticos falados (código elaborado: significações universalistas/código restrito; significações particularistas) utilizados no processo de socialização dos indivíduos e potenciadores do (in)sucesso escolar futuro.

Estes e outros alertas foram importantes, mostrando que os indivíduos são diferentes uns dos outros, mesmo quando submetidos às mesmas influências educativas dentro da Escola. Em síntese, perante a proposta da concepção liberal, primeiro grande passo dado

a preconizar: a obrigatoriedade da Escola para todos - todos os cidadãos têm igualdade de direitos no acesso à educação. Face ao segundo grande passo: permanência obrigatória e prolongada dos alunos na escola. Assiste-se assim à continuação de uma etapa, em que esta problemática é perspectivada não só em função das oportunidades, mas também dos processos através dos quais a escola funciona; afirmando-se e concretizando-se medidas que incidam não só na igualdade no acesso, mas também na igualdade no sucesso; defendendo-se assim um atender às diferenças, porque a igualdade face à educação implica um tratamento desigual para cada aluno; a igualdade de oportunidades acarreta desigualdade das condições de ensino.

É assim que a tónica é colocada progressivamente na descentralização, capaz de capacitar a escola como instituição, de responder localmente e, sobretudo, adaptar-se à realidade social e geográfica em que se insere; dotá-la com potencialidades para dar um tratamento diferente, diversificado, mais individualizado e em harmonia com os interesses, expectativas, motivações, necessidades dos alunos; possibilitar que se adapte melhor ao ecossistema onde se situa.

Estas são as palavras de ordem da actual reforma do sistema educativo em curso: autonomia (financeira, pedagógica...), descentralização, individualização, regionalização... É dentro deste contexto que se valorizam projectos como: a «Área-Escola», protocolos com empresas, associações e outros pólos regionais; se elaboram «Projectos Educativos»..., bem como se enfatizam as preocupações por medidas de apoio mais personalizado, como o «Apoio Pedagógico Acrescido», em vigor, na maior parte das escolas; se preconizam currículos mais flexíveis, menos abstractos, menos prescritos e menos centralizados, adaptáveis às várias situações concretas... Tudo no sentido de desconcentrar e diversificar as estruturas e as acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. Assegurar o direito à diferença, bem como fomentar a consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas.

Não perdendo de vista as considerações ao ensino feitas por Simões Dias, particularmente a temática pronunciada no seu discurso parlamentar, que me está a servir como ponto central de referência, pergunto: hoje, mantém-se ou não com pertinência esta problemática do ajustamento das finalidades e funções da Escola face à sociedade onde se situa? Impõe-se ou não que a Escola eduque no sentido de desenvolver a capacidade para o trabalho e que proporcione, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um lugar na vida activa? É importante ou não que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação?

«Não seria melhor e mais conveniente substituir este ensino, todo elle theorico, todo elle metaphysico, por outro mais pratico, mais acessível e mais útil onde todos os cidadãos portugueses... encontrem noções indispensáveis para os usos da sua vida civil, do seu labor quotidiano?» (Obra citada de Simões Dias).

Simões Dias diz-nos: «Este é o problema do ensino»; podemos acrescentar que esta foi uma das questões pedagógicas presente no pensamento vanguardista da sua época e que, posteriormente, a implantação da Escola de massas obrigou necessariamente à defesa de um ensino menos elitista.

A função de «certificação» cada vez mais emerge, ao lado, da função de «educação», porque a escola também deve preparar para o ingresso na vida activa, para o trabalho produtivo, para o emprego, a actividade profissional.

Parece-me ser esta uma concepção subjacente a este discurso parlamentar de Simões Dias, importante para avaliarmos e compreendermos a sua mensagem. Em aberto confronto com o passado, a primazia dos nascimentos e das heranças deu lugar à valorização do mérito pessoal; passando a selecção e a mobilidade sociais também pelo mérito adquirido e certificado pela Escola.

Mas defendo que o importante é frisar que a Escola deve formar de um modo pluridimensional e não olvidar nenhuma vertente.

Hoje, se reenviarmos para a Lei de Bases do Sistema Educa-

tivo, nomeadamente, para os conceitos de : finalidades e funções da Escola, apercebemo-nos da defesa e preconização de um conceito lato, englobante daquilo que a educação promove: «O sistema educativo é o conjunto lato de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para fornecer o desenvolvimento global da personalidade, o programa social e a democratização da sociedade». (Lei de Bases do Sistema Educativo, n.º 2, do Artigo 1.º); e da delimitação do perfil do cidadão a formar: «O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho». (Lei de Bases do Sistema Educativo, n.ºs 4 e 5 do Artigo 2.º).

É neste contexto que a Lei de Bases do Sistema Educativo aponta para a educação escolar uma gama multiforme de finalidades como: cultural, socializadora, personalizadora, produtiva, selectiva e igualizadora. Procurando, simultaneamente, assegurar ao aluno um desenvolvimento bio-psico-sócio-axiológico, isto é, paralelamente, contribuir para o seu desenvolvimento pessoal, social, para a sua formação cívica e moral. E, também, possibilitar a transmissão e reconstrução do património cultural, assegurar a inserção na vida activa, bem como, fornecer ao sistema económico e aos outros sistemas sociais, o pessoal qualificado de que necessitam.

É assim, que nos vários currícula apresentados aos alunos, a partir do terceiro ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, se oferecem hoje, vias de ensino diversificadas nas vertentes e modalidades de: escolas profissionais, cursos tecnológicos, cursos de integração na vida activa, cursos de prosseguimento de estudos...

Na contemporaneidade do momento, é mais que evidente que a Escola não pode desligar-se da vida, do sofrimento e das conquistas vangloriadas dos homens; não pode estar na tal «ilha isolada» em que, malgrado, muitas vezes, se situou. Mas sim, estar comprometida, «engagé» com o meio sócio-cultural, não apenas no sentido de mero reflexo da sociedade; mas, na minha perspectiva, essencial-

mente, como «motor», potenciadora de mudança, de transformação dessa mesma sociedade.

Embora não seja um problema que se colocasse na época de Simões Dias (naquele tempo a Escola não tinha os sérios concorrentes que tem hoje), só mais uma achega para o problematizar desta relação Escola/Sociedade. Hoje, face ao impacto da chamada «Escola Paralela», perante a avalanche dos mass media, dos audio-scripto-visuais, que por vezes, ditatorialmente nos impõem; face ao poderio do pragmatismo técnico-científico... face ao ritmo acelerado, excitante, vertiginoso e confuso da vida... perante os processos narcóticos que teimam em calar a crítica, abafar a mudança em prol da engrenagem diária... Apesar das suas incongruências, dos seus desvios e das suas limitações - pergunto: que espaço, melhor que a escola, para proporcionar uma visão sistemática, relacional, aprofundada, crítica e humanizada do saber? Que melhor alternativa, para preparar para a profissão do Homem?

Como um ponto de conclusão gostaria de repetir com Garcia Morenté: «Por grande e genial que seja, um indivíduo é mais expoente que iniciador e até nas notórias novidades por si criadas expressa desejos e necessidades colectivas mais do que inéditas direcções arbitrariamente nascidas no seu espírito». Simões Dias imbuído do espírito inovador da sua época critica a tradição escolar vigente, expressando-se em termos da defesa de «conhecimentos úteis», de «noções indispensáveis para os usos da vida civil», do «labor quotidiano».

O percurso seguido desde esta altura até à nossa época, fazem-me compreender a importância que há em dialectizar os conceitos, olhar para as teorizações passadas como maieutica, para assim podermos perspectivar e agarrar o futuro.

Certamente que hoje impõe-se uma outra abordagem (mais interdisciplinar, menos compartimentada do saber), um outro qualificativo, uma outra intenção a atribuir mesmo ao próprio termo de «útil». Impõe-se, decididamente, outros alertas face às finalidades e funções da Escola, impensáveis na sua época. Mas, apesar das dife-

renças epocais e históricas, há um fio condutor que se mantém importante para a Escola prosseguir a sua tarefa libertadora.

Bibliografia:

Simões Dias (Excerto de) Discurso Parlamentar - in Plano de Actividades da Escola Secundária de Arganil, ano lectivo de 1989/1990.

Lei de Bases do Sistema Educativo Português - 1986-

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. VIII, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa/Rio de Janeiro, 1970, págs. 937, 938.

João Formosinho - O Dilema Organizacional da Escola de Massas, Revista Portuguesa de Educação, Braga, um, 1992.

Eurico Lemos Pires, António Sousa Fernandes, Licício Viana Lima - Noções de Sociologia da Educação, Ministério da Educação, Universidade do Minho.

Teresa Ambrósio - Política Educacional num contexto de crise e transformação social, Moraes Editores, 1981.

G. Avanzini - A Pedagogia no século XX, Moraes Editores.

OBSERVAÇÃO DA AUTORA:

Gostaria de expressar o quanto me foi difícil contactar com as obras de Simões Dias, querendo evidenciar a minha perplexidade pelo facto de que nem a Biblioteca Municipal da sede do concelho está apetrechada com quaisquer testemunhos dos seus importantes escritos.

Deixo o apelo, a quem de direito, para que de futuro este obstáculo seja removido, e a divulgação das gentes desta terra seja mais diversificadamente comunicada e de um modo mais acessível.